

Política, Liberdade e Desejo

O sentido religioso, enquanto vértice da experiência elementar, é o factor comum a todas as culturas que põem no centro o homem. Nós crentes diríamos uma “centelha de Infinito”, um laico agnóstico ou ateu falaria de irredutibilidade da pessoa.

A PESSOA: OBJECTIVIDADE DO CORAÇÃO

Falar da dignidade humana, sem que isso se transforme num mero exercício retórico, exige, neste momento da história, que se reexamine o conceito de experiência tal como é habitualmente entendido.

Durante muito tempo o termo “experiência” foi entendido segundo a acepção subjectivista decorrente do empirismo moderno. Monsenhor Giussani, fundador de Comunhão e Libertação, movimento católico do qual faço parte, retomando de modo original categorias do realismo cristão, reinterpretou este termo propondo a noção de experiência elementar, ou seja aquele conjunto de exigências e evidências fundamentais que constituem – utilizando a linguagem bíblica – o “coração” de cada homem, de qualquer época e qualquer lugar ou etnia.

As evidências e exigências de verdade, de justiça, de beleza estão, portanto, de algum modo na raiz antropológica daqueles direitos naturais de que fala a melhor tradição liberal e permitem um conhecimento capaz de “julgar” e verificar a validade de religiões e filosofias enquanto tentativas de interpretação do real. No primeiro capítulo de *O Sentido Religioso*¹, um dos livros mais significativos de Monsenhor Giussani, publicado também em português, fala-se da experiência elementar, feita destas exigências e evidências, como forma de conhecimento “objectivo”, comum ao coração de cada homem. A experiência assim entendida é uma forma de correspondência que permite ao homem conhecer a realidade, apoiando-se na evidência que, a partir da realidade, se atesta no coração. Desta forma estamos na esteira da definição “tomista” de *adaequatio rei et intellectus*.

O homem, no impacto com a realidade, espanta-se com o que vê, e pode conhecê-lo até atingir o seu Fundamento misterioso. Não está necessariamente confinado numa posição subjectivista ou relativista, nem muito menos reduz a consciência a um mero processo racionalista, quer dizer, desligado da totalidade do eu.

Gostaria de recordar neste ponto as batalhas que o movimento guiado por Monsenhor Giussani em-

preendeu em Milão, em 1954, num clima de formalismo católico, para devolver aos jovens a confiança no próprio coração, a convicção de que as exigências de verdade, justiça e beleza de que o coração é feito são um instrumento para procurar e reconhecer a verdade. Com efeito, naqueles anos Monsenhor Giussani repetia muitas vezes aos seus jovens: «Eu não estou aqui para que adoptem como vossas as ideias que eu vos dou, mas para vos ensinar um método verdadeiro para julgar as coisas que vos disser»².

O sentido religioso, enquanto vértice da experiência elementar, é o factor comum a todas as culturas que põem no centro o homem. Nós crentes diríamos uma “centelha de Infinito”, um laico agnóstico ou ateu falaria de irredutibilidade da pessoa: na forma diferente como é lido e interpretado, este aspecto é, contudo, o ponto a partir do qual, a meu ver, seria interessante reconstruir uma filosofia e uma teoria do conhecimento que, de alguma forma, resgatasse a palavra “experiência” da interpretação redutora oferecida pelo empirismo e o subjectivismo.

A experiência do sentido religioso (entendido também como consciência dos próprios direitos naturais, como factor consciente e dinâmico do encontro com a realidade) é porém continuamente traída pelo homem que, existencialmente, não é capaz de suportar esta tensão constitutiva da sua natureza e, assim, a reduz, criando ídolos no lugar do Mistério. Daqui a necessidade da vida sacramental e da graça.

O ponto de partida vai, no entanto, bem para além de um confronto neutro entre princípios diversos e diferentes visões filosóficas e políticas. Tem toda a força da tradição, dos princípios comuns da civilização ocidental, que põe no centro o valor absoluto do ser humano, da pessoa. Trata-se, ao mesmo tempo, de uma formulação que comporta a consciência dramática da grandeza do homem e até do seu limite quando, pensando estar a ser auto-suficiente, atraiçoa as suas perguntas últimas.

Estas considerações deveriam conduzir também à autocrítica de um certo mundo católico que pen-



sa repropor a verdade revelada, sem procurar fazer experiência dela, sem mergulhar existencialmente nela, a deixar-se atingir pelas críticas a ela apontadas, tentando responder-lhes pessoalmente e aprendendo com todos aqueles que sinceramente procuram viver fragmentos de verdade. Sem este esforço pessoal está-se espiritualmente morto e acaba-se de facto por se sucumbir a outras culturas, inimigas não só do cristianismo mas também do homem e do seu desejo de verdade.

Penso, por exemplo, num debate que se acendeu em Itália, entre um intelectual laico e o director de uma conhecida revista de inspiração católica, sobre a questão da luta contra o terrorismo. Chegámos ao absurdo de que muitos intelectuais laicos se encontram a defender a sacralidade do homem, contra uma posição relativista defendida, por sua vez, pelos católicos. Aliás, indignamo-nos justamente com a guerra no Iraque, sem termos coragem para dizer que os atentados são sempre um mal e não são justificáveis sequer por injustiças precedentes.

Esta leitura da experiência elementar não só oferece a possibilidade de interpretar a separação entre a concepção do eu na modernidade e a concepção do eu no mundo cristão, mas inclusivamente a de superá-la. Não foi em vão que Monsenhor Giussani leu e estudou autores não cristãos como Leopardi, Montale, Pavese, para deles extrair intuições profundas sobre

a natureza do coração do homem, falou a fundo do sentido religioso com os bonzos do mosteiro budista do Monte Koya, no Japão, aprofundou o estudo da tradição ortodoxa russa para aí descobrir essa contemplação da verdade como beleza que, numa visão utilitarista e activista da existência, é hoje esquecida; estudou e escreveu sobre a teologia protestante americana, retirando descobertas e intuições sobre a condição do homem, que uma redução da Igreja a uma organização arriscou obliterar nos últimos séculos.

Se o tema é a verdadeira experiência do eu, tudo se torna mais interessante: o mundo protestante que criou o eu como protagonista da modernidade, a tradição ortodoxa que conserva a harmonia dos mundos perdidos, toda a experiência laica sincera, com a ân-

Estas considerações deveriam conduzir também à autocrítica de um certo mundo católico que pensa repropor a verdade revelada, sem procurar fazer experiência dela, sem mergulhar existencialmente nela.

sia e, por vezes, a angústia na procura de significado e respostas às suas perguntas últimas. Se aceitamos este ponto temos um critério objectivo de comparação para qualquer diálogo com todas as religiões e filosofias, uma medida não equívoca para opormos ao relativismo niilista ou ao fundamentalismo que não respeita o valor único e irrepetível de cada homem.

Levantar a questão do sentido religioso abre a possibilidade de relações entre mundos, e faz nascer amizades. Um exemplo recente é dado pelo discurso do Papa Bento XVI em Ratisbona: a sua exaltação da razão como abertura, o seu convite a ampliar o conceito de razão e a sua aplicação para além dos estreitos limites da cultura dominante de hoje suscitaram numerosas reacções de simpatia em pessoas que se afastaram há muito tempo da Igreja na Europa.

Mas como realizar a exigência que o sentido religioso coloca no coração do homem? Segundo a tradição cristã, o cristianismo é um acontecimento gratuito, o acontecimento do encontro com o Deus feito homem, que responde pela sua graça às exigências mais verdadeiras do próprio homem. O encontro cristão verifica-se por isso razoavelmente na experiência do seu efeito sobre o humano, pela resposta às exigências humanas de verdade, de justiça, de beleza.

A Igreja, a comunidade cristã (o lugar onde esta experiência se dá em primeira instância e se torna novidade sociologicamente relevante) não propõe, portanto, acima de tudo uma doutrina moral, mas uma totalidade de vida, onde se pode experimentar uma mudança pessoal e social, uma nova humanidade, uma justiça, uma verdade e uma beleza que se podem verificar na experiência, a ponto de se poder falar de “criatura nova”.

A SOCIEDADE: LUGAR DE RESPOSTA ÀS EXIGÊNCIAS E DESEJOS FUNDAMENTAIS DO HOMEM

A pretensão cristã de viver a verdade pode ser julgada por todos, inclusivamente através da História, precisamente com base na sua capacidade de resposta às exigências de verdade, de justiça e de beleza. Por-

tanto, a comunidade cristã pode ser criticada se esta crítica não tiver o objectivo de demolir a verdade na qual se baseia, mas for crítica construtiva que a impele a viver melhor o ideal.

Justamente este confronto de experiências entre laicos e cristãos, sobre como viver e entender a experiência elementar, faz perceber a importância de uma visão da sociedade civil, económica e política que parta do sentido religioso.

Percorrendo a história italiana dos últimos cem anos, evidencia-se a existência de uma “anomalia italiana”, pelo facto de as diversas posições religiosas, políticas, culturais, em vez de se contraporem ou defrontarem, deram vida a respostas aos problemas do homem: nasceu o movimento católico e operário; desenvolveu-se o sistema industrial italiano com os seus vários milagres – a reconstrução pós-guerra, o segundo milagre económico dos distritos, a entrada no SME –; cresceu uma vigorosa *welfare society*; colaborou-se na construção de uma democracia, dando vida à Constituição e partilhou-se a tentativa de construir a unidade da Europa.

As diversas posições culturais conseguiram, em suma, fundir-se e transformar-se, antes ainda das experiências partidárias, em experiências populares vividas, capazes de gerar respostas humanas e sociais significativas: bancos, empresas, estruturas sociais, reconstruíram o País com a maior propagação de actividades empresariais e sociais existente no mundo.

A crise das últimas décadas deveu-se precisamente à fractura que se veio a criar entre posições ideais e vida social, política e económica, ao fracasso da referência ao sentido religioso, à limitação do desejo de totalidade, para tentar satisfazer aspirações reduzidas de “usura, luxúria e poder”, como diria Eliot.

Uma vez deixada cair esta tensão ideal geraram-se a pactuação e a “intriga”. No plano político abandonou-se a ideia de Constituição italiana por aspirações de hegemonia por parte dos partidos de maioria e oposição. Gerou-se o clientelismo e engrossou o sistema do rédito.

Sob o ponto de vista económico muitas grandes empresas desistiram de competir para procurar situações “protegidas”: incapazes de realizar o esforço de expansão para o exterior e de se saberem estruturar de novo, desmoronaram-se no momento da globalização. Estamos a pensar, por exemplo, na maior empresa italiana que descarta a hipótese de colaborações orgânicas com multinacionais estrangeiras para se tornar monopolista no mercado nacional, na ilusão de um fácil desenvolvimento financeiro e assim desiste, durante anos, de competir e inovar. Pensamos naquela parte do sistema das pequenas e médias empresas que, em vez de aceitar o desafio da mudança,

«O desejo é como a faísca com que se liga o motor. Todos os impulsos humanos nascem deste fenómeno, deste dinamismo constitutivo do homem. O desejo acende o motor do homem.»

se entrincheira na defesa do existente e não é capaz de transmitir de pai para filho capacidade e paixão empresarial. Pensamos na incapacidade de muitos de aceitar e viver os sacrifícios pessoais e colectivos necessários para enfrentar os graves problemas estruturais do nosso País: *mezzogiorno*, falta de infra-estruturas, investimento na educação. Pensamos na radical e difusa dificuldade de educar.

O prémio Nobel da economia Kenneth J. Arrow, na sua obra fundamental, pergunta-se quais são as condições para que exista, no plano institucional e económico, a possibilidade de respeitar, contemporaneamente e até ao fim, quer a utilidade individual, não mensurável, quer o bem-estar colectivo. Através de um tratamento rigorosamente científico vem a demonstrar que se devem respeitar interesses individuais que não comunicam entre si; único modo para atingir este duplo objectivo é a ditadura no plano político e uma forma de monopólio no plano económico. Este resultado seria inevitável a menos que não exista a possibilidade de as utilidades individuais, de alguma maneira, se ponham de acordo. Arrow afirma, de facto, que “o ordenamento relevante para atingir um máximo social é o que se baseia nos valores que espelham todos os desejos dos indivíduos, incluindo os importantes desejos socializantes”³ Falando do princípio de maioria, ele alude à livre associação e unificação de utilidades particulares, aos diferentes desejos que concordam em função de ideais comuns. O acordo não se dá no plano do conflito social, económico ou político, mas é um acordo ideal, que segue o princípio da maioria na política e da valorização dos capazes e merecedores na empreendedoridade, numa lógica de competição saudável. Esta visão bem se adapta ao nosso país, caracterizado por uma grande vitalidade dos “desejos socializantes”. Tal vitalidade é o ponto qualificador de uma empreendedoridade saudável, que continua a renascer graças ao engenho, capacidade, leitura da realidade, e espírito de iniciativa.

Analogamente, num outro contexto e seguindo outros métodos, Monsenhor Giussani fala da importância decisiva do desejo no relacionamento com a realidade, afirmando que «o desejo é como a faísca com que se liga o motor. Todos os impulsos humanos nascem deste fenómeno, deste dinamismo constitutivo do homem. O desejo acende o motor do homem. E então vai em busca do pão e da água, em busca do trabalho, da mulher, vai à procura de uma poltrona mais cómoda e de uma habitação mais decente, interessa-se por saber porque é possível que alguns tenham e outros não tenham, interessa-se por saber porque é possível que uns sejam tratados de um modo e ele não, propriamente por força do engrandecimento, da dilatação, do amadurecimento

A educação para o sentido religioso e para a subsidiariedade como método social pode concretizar-se de diversas formas. Antes de mais, através de uma efectiva liberdade de educação.

destes estímulos que tem dentro de si e a que a Bíblia chama, globalmente, coração»⁴.

A mentalidade dominante tende a reduzir sistematicamente os desejos do homem, tentando governá-los, esmagá-los, até criar desânimo nos jovens e cinismo nos adultos. Por isso, são necessárias realidades sociais e movimentos que eduquem o desejo e o sentido religioso, a fim de permitir a experiência única de liberdade que constitui a autêntica satisfação. São necessários, para permanecer no âmbito das temáticas propostas por Arrow, pontos em que os desejos de socialização sejam organizados, encontrados, para que se perceba que é possível renunciar a uma utilidade individual, entendida em termos egocêntricos, para a construção de um bem comum. Nesta visão são absolutamente necessários lugares de educação do desejo, lugares como este convénio onde, de alguma forma, se reconstrua o nexo entre desejo, sentido religioso e capacidade operativa.

ESTADO E SUBSIDIARIEDADE: DESAFIO DA APOSTA NO “EU”

Tudo isto tem a ver com o tema da Subsidiariedade. Monsenhor Giussani, convidado para um congresso da Democracia Cristã em Milão, em 1987, profere um discurso estranho para aquele período, no qual também as correntes democratas-cristãs pareciam “eternas” e imutáveis. Naquela ocasião⁵ disse que o desejo é o que mais conta para uma vida social e económica próspera e ordenada e é preciso que haja movimentos e obras em cujo âmbito ele possa ser educado de acordo com a sua estatura infinita. A tarefa da política é fazer com que o homem possa crescer, construir, trabalhar, gerar. O Estado deve, portanto, ter uma função reguladora, fornecer regras precisas, de modo a explicar em termos laicos e não confessionais a todos os cidadãos quais as regras do jogo. Dentro destas regras o Estado deve saber ser subsidiário, valorizar os desejos individuais e as capacidades particulares, as instâncias de desenvolvimento e a liberdade de cada um.

A educação para o sentido religioso e para a subsidiariedade como método social pode concretizar-se de

diversas formas. Antes de mais, através de uma efectiva liberdade de educação. Está demonstrado que as desigualdades diminuem quando, em vez de transferências de capital, se investe maioritariamente na educação, também nos países do Terceiro Mundo. Está demonstrado que se verifica uma melhoria da capacidade produtiva com o aumento do capital humano, como se vê nos Estados Unidos. Só uma visão ideológica ignora que a qualidade do investimento depende da capacidade de valorizar ao máximo o engenho, a liberdade, criatividade, valores ideais, como afirmam numerosos autores, entre os quais o prémio Nobel Becker.

Tentar aumentar a escolaridade de massas e a taxa de licenciados descurando completamente a capacidade de seleccionar as capacidades e méritos e ignorando a importância do nexo entre valores, ideias e ensino (por exemplo criando obstáculos à liberdade de educação) contribui para a degradação do sistema de ensino. Em Itália, como noutros países europeus, estamos há alguns anos mergulhados em processos de reforma do sistema educativo. Uma reforma que não tem confiança na liberdade de educação e, portanto, na capacidade da sociedade de propor valores ideais que construam o percurso educativo: uma reforma que irá sufocar a educação. Do mesmo modo, se o sistema educativo não valoriza a cultura do esforço pessoal, e tenta homogeneizar e tornar iguais os estudantes por meio da redução dos objectivos académicos, chegaremos ao fracasso, primeiro escolar e depois social.

A situação mudaria se, se investisse no eu, na pessoa, partindo antes de mais do aspecto formativo: relançar uma adequada formação profissional útil para dar possibilidade de emprego (além de formação) a pessoas dotadas de uma boa predisposição para trabalhos manuais (função que era desempenhada pelo antigo instituto técnico); promover a excelência por meio de mestrados e doutoramentos; favorecer o comum desejo de especialização que se deduz, por exemplo, do desejo de muitos estudantes de irem estudar no estrangeiro, sobretudo nos USA.

«Facing the challenge», o documento da Comissão Europeia redigido em 2004 após o Conselho Europeu de Lisboa de 2000, em união com o «Working Paper Progress towards the Lisbon Objectives in Education and Training» e o Relatório da OCDE fornecem uma amplo quadro da situação do ensino europeu.

O documentos revelam um *gap* entre UE e USA que não é relativo à escola mas sim à universidade, e refere-se mais à qualidade que à quantidade: os Estados Unidos concentram os recursos, também com o auxílio de privados, para suportar uma elite de ateneus e professores e para formar uma minoria meritocrática de estudantes que recebe uma instrução superior e contínua, no tempo, acrescida à sua formação.

No que diz respeito ao ensino universitário, a taxa de estudantes americanos que a ele acedem não está entre as mais altas, embora sendo superior a 60%, assim como a quota de população licenciada, que é inferior à verificada nos países como a Finlândia, Irlanda e Polónia.

Todavia, quando examinamos os dados sobre a despesa para o ensino superior, começa-se a perceber a diferença americana: nos USA gasta-se por estudante uma quota duas vezes e meia superior à dos países da União Europeia. Além disso, todo o sistema, no bem e no mal, é baseado na competição e na diversificação. Existem níveis de estudo (Bachelor, Master, PhD) claramente diferenciados. Em todos os níveis existem testes de admissão para os estudantes (tais como o SAT, ao qual são submetidos os estudantes no final da high school) tanto mais selectivos quanto mais elevado é o nível dos cursos.

Para incidir sobre o eu e sobre a subsidiariedade é necessário, além disso, favorecer os processos de crescimento do mundo empresarial, ajudando as empresas que funcionam, que têm capacidade de investir e de se expandir para o exterior, também a realizarem métodos de organização empresariais mais modernos.

Um terceiro campo de acção ao serviço do eu pode ser o *welfare state*, se se estiver disposto a passar do *welfare* a um mundo de “quase mercados”, nos quais agentes *profit*, não lucrativos e estatais ofereçam serviços nos campos da saúde, da assistência e do ensino, e os utentes sejam livres de escolher a quem se dirigir, assistidos por métodos de avaliação da qualidade que permitam ultrapassar as assimetrias informativas.

Instrumentos generalizados de subsidiariedade fiscal (*vouchers*, deduções e benefícios fiscais) podem tornar efectiva esta liberdade de escolha que, se for posta em prática mediante regras éticas precisas, podem permitir o aumento da responsabilidade do cidadão e a valorização da capacidade de discernimento dum eu maduro, com grandes vantagens em termos de incremento de eficiência, eficácia e equidade do sistema.

São só exemplos de uma perspectiva que, partindo do eu, do seu desejo, do seu sentido religioso, podem reconstruir um novo ordenamento social e económico que valorize todas as energias movidas por forças ideais presentes e, assim, enfrentar as crises em que estamos, crise ideal, repito, antes que económicas e políticas.

.....
¹ Luigi Giussani, *O Sentido Religioso*, Lisboa, Verbo, 2000. Cf. tb. a *Carta Pastoral do Cardeal Montini* quando estava em Milão, intitulada “Il senso religioso” e a *Encíclica de João Paulo II, Fides et ratio* n.º33; ² Luigi Giussani, *Educar É um Risco*, 2ª ed. rev. Lisboa, Diel, 2006, p. 20; ³ Kenneth J. Arrow, *Scelte sociali e valori individuali*, Edizioni ETAS, 2003, p. 21; ⁴ Luigi Giussani, *L'io, il potere, le opere*, Génova, Marietti, 2000, p.173; ⁵ Luigi Giussani, *L'io, il potere, le opere*, Génova, Marietti, 2000, p. 165.